



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LIVROS PARADIDÁTICOS INFANTIS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO EDUCATIVO

Luciana da Silva Caretti - UFSCar
holaluci@yahoo.com.br

Edilson Moreira de Oliveira - UNESP - Campus São José do Rio Preto

Resumo

O presente artigo é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Departamento de Educação da UNESP de São José do Rio Preto, como requisito para conclusão do curso de Pedagogia no ano de 2007. Teve por objetivo averiguar como livros de literatura infantil e paradidáticos abordam questões ambientais: se por meio de um reducionismo biológico ou relacionando o meio ambiente aos distintos aspectos inerentes à própria organização da sociedade. Os livros foram obtidos em duas escolas da cidade de São José do Rio Preto, uma pública e outra particular, escolhidos por uma professora de cada escola, ambas do 4º ano do Ensino Fundamental. No geral, percebeu-se que um discurso que aparece muito nestas publicações classifica o homem como um ser malvado e ganancioso por natureza e acredita na incompatibilidade de uma relação positiva entre o ser humano e o meio ambiente.

Palavras-chave: Livros Paradidáticos. Literatura Infantil. Meio Ambiente.

Abstract: The present article is a result of a Course Conclusion Work handed to the Education Department in the UNESP of São José do Rio Preto, like requisite for conclusion of the Pedagogy graduation in the year of 2007. The objective was to investigate how children's paraeducational books board the environmental issues: if through a biological reductionism or linking the environment with different aspects inherent in the organization of society. The books were obtained in two schools of São José do Rio Preto city, one public and other particular, chosen by a teacher of each school, both the 4th year of elementary school. In general, was perceived that speech wich appears in most publications classifies a man as being evil and greedy by nature and believe in the incompatibility of a positive relationship between human beings and the environment.

Keywords: Paraeducational Books. Child Literature. Environment.

O ser humano sempre modificou o ambiente em que vive, desde o período mesolítico, no qual a subsistência do homem primitivo advinha da caça, até os dias atuais. A partir do surgimento da agricultura é que nascem as cidades e a população começa a se fixar em lugares geralmente próximos às fontes de água. Ao agrupar-se, formando vilas e povoados, o homem abusa “da exploração de recursos do solo, via desmatamento e retirada da cobertura do mesmo” (OLIVEIRA, 1998, p. 49). Esse

processo de urbanização acentuou, portanto, os aspectos negativos da relação homem – natureza, embora os impactos gerados pelos seres humanos, nesta época, não fossem “capazes de gerar alterações ambientais extensas” (DIAS, 2004, p. 24).

No entanto, tempos mais tarde, começa a surgir um novo modelo de sociedade, composta por um número muito maior de indivíduos, o que aumenta, de forma potencial, o consumo de todo tipo de produtos, implicando em um ritmo de produção mais acelerado. Estas transformações trouxeram consigo o peso de uma revolução nas formas de vida, produção e consumo, estabelecendo novos valores éticos, uma nova concepção de mundo e também novas formas de organização social. Emergiu, assim, o modo de produção capitalista. Segundo Minc (1997, p. 29), “o capitalismo e a industrialização geraram impactos ambientais em um patamar e em uma intensidade antes desconhecidos da humanidade”. Pode-se afirmar, portanto, que o ritmo de produção e consumo não levou em consideração o tempo geológico¹ e o que se presencia hoje é a ameaça de esgotamento de recursos não-renováveis, o desaparecimento de sistemas de vida vegetal e animal, a obtenção de milhares de toneladas de lixo todos os dias, etc.

Silva e Junqueira (2007, p. 27), ao falarem da história da vida sobre a Terra e de seus cinco grandes ciclos de extinção, todos causados por fenômenos naturais, alertam que

A curta história do homem tem sido avassaladora. Por onde passamos, deixamos nossos rastros de destruição. Antes, nunca uma espécie sozinha conseguiu influenciar negativamente tantas outras de uma só vez. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, os resultados de nossas ações são muito impressionantes. Hoje, cerca de 11% das espécies de aves, 25% dos mamíferos, 25% dos anfíbios, 20% dos répteis, 34% dos peixes e 12,5% das plantas estão ameaçadas. Cientistas alertam para o fato de estarmos promovendo a sexta grande onda de extinção (SILVA; JUNQUEIRA, 2007, p. 27).

De acordo com os dados apontados acima, o homem influenciou (e influencia) negativamente o ambiente com o qual interage (e interage). No entanto, apenas possuir uma visão alarmista é desconsiderar

a idéia de que as relações que temos com o ambiente, inclusive a crise ambiental ou civilizatória, é uma construção histórica. Isto é, se hoje convivemos com o descompromisso dos indivíduos para com a participação na resolução dos problemas ambientais, esse descompromisso é, ao mesmo tempo, resultado de suas relações sociais historicamente estabelecidas e possibilidade dialética de construção de sociedades sustentáveis (SORRENTINO, p. 02, 2004).

¹ Em nosso entendimento, o tempo geológico diz respeito aos ciclos bio-geo-químicos e o respectivo tempo que cada bem de produção leva para retornar a este ciclo, na forma de seus componentes químicos originais, bem como as externalidades oriundas da sua produção.

Portanto, devemos abordar a questão ambiental “sempre numa perspectiva histórica, na qual os atuais quadros de degradação ambiental não sejam trabalhados numa perspectiva fatalista” (OLIVEIRA, 1998, p. 100).

Essa perspectiva fatalista implica tratar a degradação ambiental como se ela fosse algo natural, que sempre acompanhou a espécie humana, como se ela fosse um mal necessário, ou o preço a pagar pelo progresso, ou o único caminho a pagar pelo desenvolvimento... é preciso entender que essas atitudes de agressão à natureza, particularmente na forma que elas se apresentam hoje, são uma escolha da sociedade, pelo menos de parte dela (CARVALHO, apud OLIVEIRA, 1998, p. 100).

Com o propósito da construção de um novo modelo de sociedade, muito se discute e se opina a respeito do meio ambiente. A questão ambiental se caracteriza como um tema de relevância internacional e foi dentro deste contexto que aconteceram as grandes reuniões mundiais sobre o tema, como a Conferência de Estocolmo, que foi a primeira conferência internacional promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em 1972. A segunda aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92. Nestas reuniões é que se formalizam “a dimensão internacional das questões relacionadas ao meio ambiente, o que leva os países a se posicionarem quanto a decisões ambientais de alcance mundial” (PCN, 2001, p.24).

As preocupações a respeito dos processos de degradação ambiental foram construindo-se socialmente no Brasil a partir da década de 60. Iniciava-se também no país um forte regime de ditadura militar, trazendo consigo a censura a todos os tipos de manifestações políticas e ideológicas que fossem contrárias ao modelo de busca pelo desenvolvimento a qualquer custo, adotado pelos militares. Neste modelo estavam incluídas posturas predatórias de degradação ambiental, pautadas na justificativa de que o progresso do país importava mais que tudo. Os nossos representantes argumentavam, segundo Oliveira (1998, p. 53), que para o país “a pior poluição é a da pobreza” e que “o Brasil queria indústrias e tinha um grande espaço para ser poluído”.

Paralelamente a este fato, e a exemplo do que já acontecia mundialmente, ocorriam no país movimentos que defendiam a preservação da natureza e elucidavam para a necessidade do uso consciente dos recursos naturais, criando-se, assim, formas cada vez mais sustentáveis de interação entre a sociedade e seu meio. Uma parcela da sociedade civil se organizava para tentar combater a ditadura e a questão ambiental era uma das pautas da luta. Grupos e organizações não governamentais (ONGs) surgiam e um de seus objetivos era elucidar a população para a necessidade da preservação e conservação da natureza.

Com a Rio-92 tornou-se claro que não havia mais lugar para um modelo de desenvolvimento predatório, pois “a constatação de que políticas que estimulam a depredação ambiental são instrumentos de desenvolvimento inadequados ajudou o reconhecimento das oportunidades promissoras de um novo modelo de uso dos recursos naturais” (JUNQUEIRA; NEIMAN, 2007, p. XII). As autoras ainda salientam que “além dos ambientalistas e do governo, vários setores da sociedade começaram a debater a questão ambiental” (p. XII), entre eles representantes de movimentos sociais, empresários, pesquisadores, professores, etc.

Por conta disto, o meio ambiente torna-se foco de muitas pesquisas, e espera-se encontrar na educação uma importante aliada na formação de pessoas que se preocupem de fato com a relação homem – natureza, que pode ser entendida a partir das concepções que o homem atribui a si mesmo e à natureza no decorrer de sua trajetória. Pensando na contribuição do processo educativo para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, ampliam-se os objetivos da relação entre a educação e as questões ambientais. A partir daí é que o termo “educação ambiental” começa a ser empregado em substituição aos chamados “estudos naturais”, “educação para conservação”, etc. (CARVALHO; CAVALARI; CAMPOS, 2003, p. 01).

Atualmente observamos que o processo educativo vem sendo apontado como

uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual deparamos. Independente do modelo adotado para explicar o atual estado de agressão à natureza, o processo educativo é sempre apresentado como possibilidade de alteração desse quadro, isto é, como um agente eficaz de transformação (CARVALHO et al, 1996, p. 77-78).

Os autores também argumentam que a contribuição do processo educativo muitas vezes é “tão supervalorizada que leva facilmente à idealização ou a mistificação” (p. 78). Embora não deva ser tomada como a salvação a respeito dos problemas ambientais, a educação deve ser tida como algo de real importância, haja vista seus limites e possibilidades perante a formação de cidadãos conscientes de sua relação com o meio em que vivem e com o qual interagem. Para Loureiro,

A educação não é o único, mas certamente é um dos meios de atuação pelos quais nos realizamos como seres em sociedade – ao propiciarmos vivências de percepção sensível e tomarmos ciência das condições materiais de existência; ao exercitarmos nossa capacidade de definirmos conjuntamente os melhores caminhos para a sustentabilidade da vida; e ao favorecermos a produção de novos conhecimentos que nos permitam refletir criticamente sobre o que fazemos no cotidiano (LOUREIRO, 2004, p. 16).

A educação ambiental utiliza-se de alguns recursos com o propósito de promover o estabelecimento de novas relações cotidianas entre o homem e a natureza, e a veiculação de materiais que abordam a temática ambiental é caracterizada como um desses recursos. No entanto, é necessário que se verifique o modo como essa temática vem sendo abordada nestes materiais e se, de fato, eles auxiliam no processo educativo. A pesquisa considerou, dentre um leque de opções no que tange aos materiais impressos (TRAJBER; MANZOCHI, 1996), apenas livros que se enquadraram na classificação de literários e paradidáticos (COELHO; SANTANA, 1996) que abordavam a temática ambiental. Procuramos observar se estes livros traziam uma concepção de homem como

ser social, se abordavam a degradação ambiental numa perspectiva histórica, ou se simplesmente culpavam o ser humano pela situação limite em que se encontra o planeta.

Procedimentos da Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, a abordagem utilizada foi a denominada de qualitativa, pois ela preocupa-se, segundo Ludke e André (1986), muito mais com o processo do que com o produto. Bogdan e Biklen (1991, p. 16) salientam que este tipo de abordagem “não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses”. Esta afirmação se fez verdadeira durante a pesquisa, pois há sempre um planejamento inicial, concretizado no projeto da pesquisa e, durante sua realização, as coisas nem sempre caminham como o planejado. Este tipo de abordagem, no entanto, permite estas variações.

As escolas onde a pesquisa de campo foi realizada situam-se na cidade de São José do Rio Preto, localizada no interior do Estado de São Paulo, sendo uma da rede pública e a outra da rede privada de ensino. A escolha destas escolas deveu-se ao fato de terem sido campos de estágio da pesquisadora, fazendo com que tivéssemos, portanto, um envolvimento maior com o corpo docente, com a direção e coordenação, com os livros pertencentes à biblioteca escolar, etc. Este fato também nos auxiliou na permissão para realização da pesquisa nas escolas, que aconteceu da maneira como será exposta nos próximos parágrafos.

A primeira abordagem se deu na biblioteca. Lá fizemos um levantamento sobre as obras infantis que tratavam de assuntos relacionados à temática ambiental. Este levantamento se deu com a ajuda das bibliotecárias, em ambas as escolas. Na escola pública encontramos cerca de 30 livros que estavam “encaixados” nesta temática e na escola particular o número encontrado foi de 21 livros.

Os livros utilizados na pesquisa se enquadram na definição de Coelho e Santana (1996) como sendo literários e paradidáticos. Segundo estas autoras, de acordo com “a intencionalidade dominante na matéria literária” os livros podem apresentar diretrizes diferentes, que são a literária, a paradidática e a didática. Elas ainda frisam que “embora as fronteiras entre as diretrizes não sejam rígidas ou indiscutíveis, é importante para a prática (na escola ou em casa) que a distinção seja feita” (p. 62). Portanto, literário é o livro

cuja matéria ou linguagem (narrativa ou poética) resulta da *invenção*, da *transfiguração* da realidade em matéria verbal – matéria que tem valor em si mesma e busca *interagir* com as emoções (prazer, alegria, medo, curiosidade, tristeza, etc.) de seu leitor (...) (COELHO; SANTANA, 1996, p. 52).

O paradidático, por sua vez, é o livro

cuja matéria ou linguagem (via de regra, narrativa) resulta da fusão de duas intenções básicas: *ensinar* e *divertir*. (...) pode assumir duas formas: lúdica ou conceitual. O paradidático lúdico, como o próprio nome indica, é o que transmite informações por meio do jogo, propondo atividades ou experiências que estimulam as três esferas de vivências do ser: a das sensações (...); a das emoções (...) e a da razão (...). O paradidático conceitual tem claro objetivo pedagógico (pode ser usado como complementação de informações no âmbito das disciplinas de História, Geografia, Matemática, Ciências, etc.). O que o diferencia do didático é o uso da linguagem ficcional e a utilização do imaginário como suporte ou manipulação do conceitual (COELHO; SANTANA, 1996, p. 52).

Não foram utilizados nesta pesquisa os livros didáticos, mas cabe aqui a definição deles feita por Coelho e Santana (1996, p. 62): “o livro cuja matéria é organizada de acordo com o currículo escolar oficial e deve ser utilizado dentro do horário escolar”.

Uma vez realizada a seleção dos livros nas bibliotecas, pedimos para que dois professores, um de cada escola e ambos do 4º ano do Ensino Fundamental, escolhessem os que mais lhes agradavam. Do total de 51 livros que encontramos nas duas escolas, pública e privada, optamos por apresentar apenas 10 livros para cada professor e, para que chegássemos aos 10 livros finais de cada escola, fomos à biblioteca e contamos com a ajuda das bibliotecárias na verificação dos livros mais retirados pelos alunos. O levantamento das retiradas da escola pública foi baseado numa “ficha de controle” que se encontra ao final de cada livro, ou seja, verificamos quais livros continham um maior número de datas de retirada. A escola privada contava com um sistema informatizado de catalogação, e o levantamento dos livros se deu por meio do lançamento do título neste sistema. Assim, verificamos quais os livros que mais vezes foram retirados pelos alunos.

Solicitamos aos professores, após receberem os 10 livros escolhidos de acordo com os critérios expostos acima, que apontassem os dois livros que mais lhes agradaram e também que expusessem o porquê da escolha de cada livro. Para que os nomes dos professores fossem preservados, chamamos o professor da escola pública de Professor 1 e o da escola privada de Professor 2. Os livros apontados pelo Professor 1 foram os seguintes: *Fuga do Pantanal*, de Teresinha Cahui de Oliveira e *Vida na Floresta*, de Mônica Jakievicius. O Professor 2 escolheu os seguintes livros: *Verde Esperança*, de Marlene Del Guerra Alves e *Os conselhos de Lobinho: ecologia*, de Mário Gomboli.

Análise dos livros

A Literatura, segundo Coelho e Santana, é uma experiência humana fundamental, uma vez que atua na mente, nos sentimentos, nas emoções do indivíduo, fazendo parte da formação de sua consciência de mundo. Por conta disso a Literatura Infantil é tida como um dos “caminhos mais fáceis para a conscientização dos imaturos acerca dos problemas que a Educação Ambiental vem colocando para a sociedade” (1996, p. 59) e, embora de maneira ainda incipiente, uma grande quantidade de livros infantis vem sendo publicados tendo como tema a questão ambiental. As autoras ainda salientam que

Partindo do atual conceito de Literatura, como *palavra nomeadora do real e como expressão essencial do ser humano* em suas relações com o *outro* e com o *mundo* (ou com a *natureza* em geral), conclui-se que a literatura destinada às crianças e aos jovens é um dos instrumentos de maior alcance para a urgente conscientização ecológica desse grupo básico nas sociedades (COELHO; SANTANA, 1996, p. 59).

De acordo com Orlandi (1996, p. 32) uma organização textual tida como ideal poderia adotar o seguinte modelo: “contextualização histórica e social do discurso; descrição da situação; abordagem dos efeitos provocados por decisões e atitudes; reflexão que leve a uma consciência do problema; e apresentação de propostas de soluções”. Seguiremos agora com uma breve análise que fizemos dos livros e descreveremos, ao lado do título das obras, as justificativas dadas pelos professores do porquê da escolha de cada um.

Livros apontados pelo Professor 1:

1) Fuga do Pantanal: *É um bom livro porque mostra as maldades dos homens na natureza e ao mesmo tempo mostra o sofrimento dos animais com essas maldades. Traz também exemplos de solidariedade e amizade.*

O livro conta a história de um jacaré que foge do Pantanal por conta das ameaças que sua espécie sofre pelas ações indiscriminadas dos caçadores. Ele vai parar em outra floresta, onde a “grande família dos répteis” vivia e lá conta para todos a sua história, seus modos de vida, etc. Este livro é indicado para crianças do 5º ano do Ensino Fundamental e em sua contra capa existe a seguinte descrição:

Fuga do Pantanal apresenta ao leitor duas faces da natureza. De um lado, uma floresta nativa, harmoniosa, onde plantas e animais vivem em perfeito equilíbrio, graças à ausência do homem. De outro lado, o Pantanal mato-grossense sendo depredado pela ação inconsciente do homem. (...) O homem não tem o direito de mudar o destino da natureza (OLIVEIRA, 1990).

Há um ponto fundamental que se encontra neste trecho e permeia todo o texto do livro: o homem é apresentado como um grande vilão, feitor de maldades, destruidor, sem nenhum respeito pelo ambiente em que vive. Ele é retratado como um ser ganancioso: “se fosse para matar a fome das pessoas, até que o motivo seria justo, mas o que eles querem é o nosso couro, cujo preço no mercado é muito alto. Com o couro eles querem ficar ricos” (OLIVEIRA, 1990, p. 11). Neste trecho, em que o jacaré conta os motivos da matança para uma tartaruga, podemos notar que a ganância do homem faz com que ele seja o grande responsável pela degradação ambiental. Em momento algum

do livro há a contextualização destes motivos. Não se aborda, por exemplo, o fato de que muitas vezes, não é a pessoa que mata que “lucra” diretamente com o couro, e sim alguém que a mandou fazer este serviço. E ela o faz geralmente para conseguir matar a fome de sua família, o que, segundo o próprio livro, seria justificável.

Sem a participação do homem a natureza seria perfeita, seria “um reino de paz, amizade e solidariedade. Plantas e animais sabem da importância de cada elemento para o equilíbrio ecológico” (OLIVEIRA, 1990, p. 5). De acordo com Orlandi, geralmente os textos excluem o homem quando tratam da relação entre seres vivos porque excluem os aspectos sociais e, se porventura estes aspectos aparecem, somente seu lado maléfico é considerado, sempre para falar do que está sendo depredado: “há uma oposição entre natureza e sociedade nesses discursos” (ORLANDI, 1996, p. 43).

Em um trecho do livro a tartaruga conta para o jacaré que existem muitas espécies de tartaruga, muitos aspectos que as diferenciam. A partir desta afirmação, o jacaré conclui: “(...) agora posso compreender o porquê da diferença entre os homens maldosos do Pantanal e aqueles que vêm nos proteger”. A tartaruga acrescenta: “Acredito, Jacaré, que os seres vivos têm os seus grupos e cada grupo apresenta características diferentes” (OLIVEIRA, 1990, p. 23). Podemos verificar aqui que o livro trabalha “mais com a concepção de ‘natureza humana’ do que com a de ‘condição humana’”, conforme elucidam Carvalho et al. Segundo os autores, geralmente

são trabalhados apenas aspectos intrínsecos do homem, sem discutir, entretanto, os aspectos social, econômico e político determinantes dessa ‘natureza humana’. Tudo se passa como se a solução dos problemas de degradação ambiental fosse apenas uma questão de decisão pessoal (CARVALHO et al, 1996, p. 111).

Não precisamos nem sequer ler o livro todo para termos a noção de que ele traz a idéia de um homem que não faz parte da natureza: basta-nos ler a chamada da contra capa. Conforme exposto, a natureza seria um lugar harmonioso sem a presença do homem. Esta é uma idéia de preservação que não “autoriza” a presença do ser humano. Segundo Diegues (2004, p. 53), este é o mito da *natureza intocada*, que “supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza”.

2) Vida na floresta: *é um livro bastante informativo que se torna um importante instrumento de auxílio nas aulas de ciências.*

Este livro tem como narrador o pássaro Tuim que, enquanto sobrevoa a Mata Atlântica, vai contando sobre a vida que lá existe. Durante todo o texto, existem muitas informações e conceituações de termos importantes para a compreensão da vida na floresta. Há uma caracterização bem rica das formas de vida que habitam este bioma, com muitas fotos e desenhos.

No final do livro existe a afirmação de que restam apenas 7% de Mata Atlântica original. Este fato deixa a todos “inconsoláveis” e, como causas desta destruição, aponta-se a “caça, pesca, poluição e desmatamentos, principalmente para a instalação de indústrias e de loteamentos no litoral. Pequenos agricultores também desmatam para

plantar roças” (JAKIEVICIUS, 1999, p. 20). Uma pergunta, então, é feita: “o que se pode fazer para mudar isso?”. A resposta vem logo em seguida: “desenvolvimento sustentável!!!” (JAKIEVICIUS, 1999, p. 20). No entanto, quando falamos em desenvolvimento sustentável, devemos tomar cuidado com o tipo de conceituação que fazemos deste termo. O livro em questão afirma que desenvolvimento sustentável é a utilização da mata “no seu limite” e que, embora pareça complicado, “é o único caminho” (JAKIEVICIUS, 1999, p. 20). Este caminho, entretanto, pode “servir para que as práticas econômicas constitutivas da nossa sociedade *continuem as mesmas (...)*” e, sendo assim, “corre-se o risco de uma circularidade, de tal modo (...) que tudo possa continuar sendo feito do mesmo modo, desde que de um outro jeito” (SILVA, 1996, p. 56).

Há um exemplo, no livro, de atividade de desenvolvimento sustentável: “a Fazenda Intervales, no estado de São Paulo, trabalha com o turismo ecológico, visando à preservação, pregando a proteção e o cuidado com os seres da mata” (JAKIEVICIUS, 1999, p. 20). Silva, no entanto, nos alerta que

O paradigma geral do desenvolvimento sustentável constitui-se, em termos lingüísticos, num mecanismo de adjetivação: exploração *racional*, turismo *ecológico* ou ecoturismo, zoneamento *geoambiental* e *socioeconômico* ou zoneamento *ecológico-econômico* etc. Essa adjetivação não serve apenas para “legislar” sobre as práticas econômicas, mas também para representá-las como “produtos” acabados, que, estando *a priori* de acordo com a legalidade ambiental, isentam-se de serem discutidas (SILVA, 1996, p. 56-57).

De acordo com nossas análises, o livro traz uma visão de conservação do meio ambiente que permite a presença do homem, como, por exemplo, quando afirma que “muitas pessoas derrubam a mata para sobreviver da venda de madeira e de outros produtos” (JAKIEVICIUS, 1999, p. 7) e que o único jeito de fazer isso sem destruir seria o desenvolvimento sustentável. Ou seja, a população pode se utilizar da natureza, desde que de forma sustentável. Outro ponto que consideramos fundamental encontrado no final do livro é o da abordagem do turismo ecológico, apontado como exemplo de desenvolvimento sustentável. Embora o livro traga a idéia da conservação, geralmente este tipo de atividade turística, realizado em parques e reservas, está, segundo Diegues (2004, p.62) repleto da noção de natureza intocada e selvagem. Ainda segundo o autor, o turismo ecológico é “elitista, reservado aos que podem pagar tarifas especiais”.

Livros apontados pela Professora 2:

1) Verde Esperança: *Escolhi este livro principalmente porque ele mostra um lado duro da vida que muitas vezes as crianças aqui da escola desconhecem². E também pelo sentimento puro do menino com a natureza.*

² Segundo a Professora 2, os alunos daquela escola possuem um padrão de vida muito alto e muitas vezes não têm noção das dificuldades que a maioria das pessoas enfrenta no dia-a-dia.

Neste livro, o menino Chico, cujo pai estava desempregado, tinha de ajudar sua mãe a vender doces. Chico se entristece com a idéia da instalação de uma fábrica bem no seu local preferido: as matas perto da cachoeira e do rio. Mas, com a chegada da fábrica poderia surgir uma oportunidade de trabalho para o seu pai, e isto faz com que Chico tenha alegria novamente.

A situação de pobreza da família do Chico foi bem enfatizada na narrativa. Podemos tomar como exemplo a seguinte frase, que caracteriza a falta de alguns objetos: “e lá ia o Chico para a rua, *pé descalço*, sol forte na cabeça, assobiando uma música que, provavelmente, ouvira no *rádio do vizinho*”³ (ALVES, 1996, p. 5). No entanto, ao fazer este tipo de caracterização, devemos ter certo cuidado para não estereotipar demais as situações, contribuindo para que elas se perpetuem nos discursos.

Para que a fábrica seja implantada no município, uma área verde, “perto do rio” (ALVES, 1996, p. 16), deverá ser devastada. No início, os habitantes tiveram um pouco de resistência, mas depois este fato não era mais um problema para eles, pois eles “é que vão fornecer a mão-de-obra para a fábrica, que trará, também, o progresso!” (ALVES, 1996, p. 18). Esta concepção nos remete às idéias defendidas pelos governantes do Brasil nos anos de ditadura militar, que apostavam no “desenvolvimento a qualquer custo”, pautados na perspectiva de que a degradação ambiental era um preço a ser pago pelo progresso do país (OLIVEIRA, 1998, p. 97). O final do livro é marcado pela frase: “nesse momento, Chico desejou, com todas as suas forças, que a nova fábrica começasse a funcionar o mais depressa possível. Desejou que o doce barulho da cachoeira, que sempre o embalou nos seus sonhos de fantasia, fosse substituído pelo majestoso ‘apito’ da fábrica: Fuuuuuuuuuuuuuu. Fuuuuuuuuuuuuuu. Fuuuuuuuuuuuuuu. Fuuuuuuuuuuuuuu” (ALVES, 1996, p. 24).

Percebemos que o menino Chico “trocou” o barulho da infância pelo apito da fábrica. Não devemos analisar esta troca como sendo somente um reflexo das idéias defendidas lá na época da ditadura militar, pois a situação que a família do Chico estava vivendo fez com que ele esquecesse seu lado criança (mesmo ainda sendo uma) e encarasse a realidade, abrindo mão do que mais gostava para que pudesse ver seu pai bem, sua mãe mais feliz e, conseqüentemente, sua família numa situação melhor, longe do desemprego.

2) Os conselhos de Lobinho: ecologia: *É um livro que dá muitas informações, de vários ambientes da natureza. Já trabalhei com este livro na sala de aula e foi muito produtivo. As crianças complementaram os “conselhos” do Lobinho e contaram como se comportam em cada situação.*

Lobinho é um animal peralta que nem sempre respeita a natureza e o ambiente em que vive. Mas ele próprio vai aprendendo como se “comportar” em cada ambiente e, a partir disto, dá alguns conselhos para o leitor. Logo no início do livro, é lançada uma idéia idílica de natureza, sendo esta harmoniosa e perfeita: “(...) os seres humanos, os animais e as plantas têm o mesmo direito de habitar a Terra, e portanto deveriam viver juntos sem problemas, aliás, ajudando-se mutuamente quando é o caso, em harmonia” (GOMBOLI, 2001, p. 4). A noção de que todos deveriam viver juntos e sem problemas também exclui o fato de que os homens se organizam em sociedade e que a “história da

³ Grifos nossos.

humanidade é a história das relações sociais, relações sociais de produção e reprodução da vida dos seres humanos. A crise ambiental tem relação direta e profunda com o desenvolvimento social e econômico (...)" (TOZONI-REIS, 2004, p. 20).

O livro traz uma concepção de proteção ao meio ambiente que não permite a intervenção do homem quando afirma que "o ambiente natural é belo assim como é: limitemo-nos a admirá-lo" (GOMBOLI, 2001, p. 8). Segundo Diegues (2004), "a criação de parques e reservas tem sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo" (p. 13). Estes parques deveriam servir "como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono" (DIEGUES, 2004, p. 13).

Por meio de nossa pesquisa, podemos perceber que os livros de literatura infantil geralmente não trazem aspectos referentes à legislação ambiental e, se trazem, "apenas fazem referência a essa questão sem, entretanto, discuti-la" (CARVALHO et al, 1996, p. 106). No livro do Lobinho há um trecho que diz que devemos tentar convencer as pessoas a respeitar a natureza e, "se depois mesmo assim alguém continua a se comportar mal... existem, por sorte, leis que protegem o ambiente e guardas para fazer com que elas sejam respeitadas!" (GOMBOLI, 2001, p. 29). Sabemos claramente que as leis não existem apenas "por sorte", como afirma o livro, mas sim que fazem parte de um processo de muita reflexão e luta, que não deverá se esgotar nunca.

Este livro assume o que Carvalho et al (1996, p. 103) denominam de caráter normativo, pois "se propõe a ditar normas e regras de ação para aquele que se quer atingir (...) regras de como se comportar diante da natureza". O livro todo é permeado por expressões que "mandam" no leitor: "é preciso respeitar proibições e limites" (p. 18), "é melhor reduzir a quantidade de lixo" (p. 26), etc., assim como o conselho final do Lobinho: "Salve o seu futuro. Defenda a natureza" (GOMBOLI, 2001, p. 31). Carvalho et al afirmam que "ao normatizar o comportamento do homem diante da natureza, [o material] assume um tom imperativo, isto é, anuncia o que deve e o que não deve ser feito com relação à natureza, de forma categórica" (CARVALHO, et al, 1996, p. 103). Não há reflexão sobre as atitudes, apenas diz-se o que se deve ou não fazer.

Considerações finais

Procuramos, por meio da pesquisa realizada, elucidar alguns aspectos presentes em livros de literatura infantil e paradidáticos e perceber seus limites e possibilidades no processo educativo. A literatura, como uma experiência humana que atua nas emoções e nos sentimentos, tem um importante papel na educação das pessoas, especialmente na educação ambiental. No entanto, antes de utilizarmos qualquer livro em nossas escolas, devemos analisar alguns aspectos, como por exemplo, se ele nos traz a ideia de que o homem não deve transformar a natureza, pois entendemos que esta é uma relação necessária e que isto faz parte da história. O homem é um ser social, sujeito a determinações históricas, mas também é capaz de transformar esta história.

Nos livros analisados encontramos alguns "discursos" que aparecem muito. Em geral, não se contextualiza historicamente a degradação ambiental e o homem é apresentado como um ser malvado, ganancioso, destruidor, sem nenhum respeito pelo ambiente em que vive. Entendemos que tal abordagem necessita de uma maior

aproximação com a realidade, apresentando as causas primárias da degradação ambiental, do aumento da pobreza e da violência. Um discurso que apenas aponta os aspectos negativos da relação homem-natureza e não elucida para as possibilidades de transformação, não é capaz de provocar o leitor, em nosso entendimento, a estabelecer novas relações cotidianas com o mundo que o cerca. A partir destas novas relações e conflitos é que o leitor consegue sair do lugar comum das concepções prontas e acabadas, formando assim um pensamento mais crítico e autônomo.

Acreditamos que os livros deveriam dar mais espaço para reflexões em torno das questões ambientais, pois, muitas vezes, trazem uma visão parcial e fragmentada da realidade. Refletir, no entanto, não significa somente conscientizar por imposição de idéias prontas. A reflexão requer também a ação e os livros poderiam considerar a possibilidade de transformação das sociedades por meio das ações participativas de seus leitores.

Enxergamos como necessária a possibilidade do professor analisar e refletir sobre os materiais que utilizará, para que perceba se estes materiais serão mesmo um suporte no dia-a-dia escolar e se vão ao encontro de suas concepções de homem, de sociedade, de educação, de natureza. Estes assuntos, que exigem uma postura política mais clara do professor, às vezes são deixados de lado, por medo da exposição ou por falta de conhecimento. Entendemos a educação ambiental como um ato político, baseado em valores para a transformação social. Por isso, o professor deve se posicionar perante os métodos, os discursos, as concepções que “adentram” a sala de aula. Perante os livros também. Tudo isto para que a literatura, de fato, auxilie no processo educativo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Marlene Del Guerra. *Verde Esperança*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1996.

BIKLEN, Robert; BOGDAN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Tradução Maria João Alvarez et al. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde*. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

CARVALHO, Luis Marcelo de.; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro.; CAMPOS, Maria José Oliveira. Educação ambiental e materiais impressos: o processo educativo e as práticas pedagógicas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2003, Poços de Caldas. 26^a. *Reunião Anual da ANPED: novo governo, novas políticas? O papel histórico da ANPED na produção de políticas educacionais*. 2003. v. 1, p. 1-18.

CARVALHO, Luiz Marcelo de et al. Conceitos, valores e participação política. In: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (org). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos*. São Paulo: Gaia, 1996.

COELHO, Nelly Novaes; SANTANA, Juliana Loyola. A educação ambiental na literatura infantil como formadora de consciência de mundo. In: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (Org). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil*: Materiais Impressos. São Paulo: Gaia, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental*: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Hucitec/USP, 2004.

GOMBOLI, Mário. *Os conselhos de Lobinho - ecologia*. São Paulo: Paulus, 2001.

JAKIEVICIUS, Mônica. *Vida na floresta*. São Paulo: DCL, 1999.

JUNQUEIRA, Viviane. NEIMAN, Zysman. Apresentação. In: _____. *Educação ambiental e conservação da biodiversidade*: reflexões e experiências brasileiras. Barueri: Manole, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. *Revista brasileira de educação ambiental*, Brasília, n. 0, p. 13-20, nov. 2004.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINC, Carlos. *Ecologia e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1997.

OLIVEIRA, Teresinha Cahui. *Fuga do Pantanal*. São Paulo: FTD, 1990.

OLIVEIRA, Edílson Moreira de. *Educação Ambiental e extensão rural*: possibilidades de um diálogo?. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso da educação ambiental. In: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (Org). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos*. São Paulo: Gaia, 1996.

SILVA, José Maria Cardoso; JUNQUEIRA, Viviane. Educação e Conservação da Biodiversidade: uma escolha. In: JUNQUEIRA, Viviane; NEIMAN, Zysman (orgs). *Educação ambiental e conservação da biodiversidade: reflexões e experiências brasileiras*. Barueri: Manole, 2007.

SILVA, Telma Domingues da. O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da Educação Ambiental. In: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (org). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos*. São Paulo: Gaia, 1996.

SORRENTINO, Marcos. Apresentação. In: TOZONI-REIS, Marília de Freitas. *Educação Ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (Org). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos*. São Paulo: Gaia, 1996.

TOZONI-REIS, Marília de Freitas. *Educação Ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.